**LEI Nº 260, DE 21 DE FEVEREIRO DE 1983.**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

**WALMOR BUSARELLO,** Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina:

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º.** Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a cessão, pela Prefeitura, de 01 (uma) sala, com a área de 16,00 m² (dezesseis metros quadrados) situada a Rua Nereu Ramos, nº 142, nesta cidade.

**Parágrafo Único.** Fica autorizado também, a partir do mês de Fevereiro do exercício de 1985, a firmar Termos Aditivos para prorrogação do que trata o presente artigo.

**Art.2º.** A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 21 de Fevereiro de 1983.**

**WALMOR BUSARELLO**

**Prefeito Municipal**

Esta Lei foi devidamente registrada e publicada no local de costume, em 21 de Fevereiro de 1983.

**ANTÔNO MATTEDI**

**Secretário Geral**

**LEI Nº 261, DE 21 DE FEVEREIRO DE 1983.**

**CRIA ITEM DE DESPESA NO ORÇAMENTO CORRENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

**WALMOR BUSARELLO,** Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina:

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º.** Fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a criar item de despesa no orçamento corrente, para atender aos proventos do Senhor Alceste Cristelli, obedecendo a classificação abaixo especificada:

|  |  |
| --- | --- |
| Órgão: 04.00 | Departamento de Obras e Serviços Urbanos |
| Unidade: 04.02 | Setor Municipal de Estradas de Rodagem |
| Elemento: 3.2.5.0 | Transferências a Pessoas |
| Sub-elemento: 3.2.5.1 | Inativos |

**Art.2º.** Para atender as despesas decorrentes desta, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial, por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, no valor de Cr$ 1.843.875,84 (um milhão oitocentos e quarenta e três mil oitocentos e setenta e cinco cruzeiros e oitenta e quatro centavos).

**Art.3º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 21 de Fevereiro de 1983.**

**WALMOR BUSARELLO**

**Prefeito Municipal**

Esta Lei foi devidamente registrada e publicada no local de costume, em 21 de Fevereiro de 1983.

**ANTÔNIO MATTEDI**

**Secretário Geral**

**LEI Nº 262, DE 21 DE FEVEREIRO DE 1983.**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

**WALMOR BUSARELLO,** Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina:

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º.** Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento para a execução de serviços de assistência médica veterinária preventiva e curativa, neste Município de Rio dos Cedros.

**Art.2º.** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente.

**Art.3º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 21 de Fevereiro de 1983.**

**WALMOR BUSARELLO**

**Prefeito Municipal**

Esta Lei foi devidamente registrada e publicada no local de costume, em 21 de Fevereiro de 1983.

**ANTÔNIO MATTEDI**

**Secretário Geral**

**LEI Nº 263, DE 22 DE MARÇO DE 1983.**

**AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, NA INSTALAÇÃO DE UMA “TORRE DE REPETIÇÃO DA TV BARRIGA VERDE”, NO MORRO AZUL – MUNICÍPIO DE TIMBÓ:**

**WALMOR BUSARELLO,** Prefeito Municipal de Rio dos Cedros:

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º.** O Prefeito Municipal está autorizado a contribuir com a importância de Cr$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) na instalação de uma torre repetidora da TV Barriga Verde Canal 9, de Florianópolis – Santa Catarina, no Morro Azul – Município de Timbó.

**Parágrafo Único.** As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da Unidade Orçamentária 01.01 – Gabinete do Prefeito – Elemento 3.1.3.0 – Serviços de Terceiros e Encargos – Sub-elemento 3.1.3.2 – Outros Encargos – do Orçamento Geral de 1983.

**Art.2º.** A TV Barriga Verde dará em cobertura publicitaria no interesse do Município de Rio dos Cedros, respeitado o preço de tabela em valor correspondente ao estabelecido no artigo 1º desta Lei.

**Art.3º.** A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 22 de Março de 1983.**

**WALMOR BUSARELLO**

**Prefeito Municipal**

Esta Lei foi devidamente registrada e publicada no local de costume pela Secretaria, em 22 de Março de 1983.

**ANTÔNIO MATTEDI**

**Secretário Geral**

**LEI Nº 264, DE 30 DE MARÇO DE 1983.**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM A CREFISUL S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS, ATÉ O VALOR DE Cr$ 16.000.000,00 (DEZESSEIS MILHÕES DE CRUZEIROS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

**WALMOR BUSARELLO,** Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina:

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º.** É o Poder Executivo autorizado a efetuar uma operação de crédito com a CREFISUL S/a – Financiamento, Crédito e Investimentos até o valor de Cr$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de cruzeiros), amortizável em até 30 (trinta) prestações mensais e mediante o pagamento de juros e demais ônus financeiros, de acordo com as taxas vigentes no referido estabelecimento.

**Art.2º.** A importância a que se refere o artigo anterior será aplicada na aquisição de uma retro escavadeira nova, ficando o Poder Executivo autorizado a alienar fiduciariamente o bem objeto do financiamento, em nome da CREFISUL S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos.

**Art.3º.** Fica ainda, o Executivo Municipal autorizado a caucionar, em garantia do empréstimo, a parte suficiente das parcelas que mensalmente lhe couberem do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias, com a consequente retenção por parte da mesma instituição financeira, dos valores necessários à liquidação e resgate da operação de crédito mencionada no artigo 1º, referente ao principal e acessórios.

**Art.4º.** Fica igualmente autorizado o Poder Executivo Municipal a se fazer representa por seu titular em todos os atos concernentes ao ajuste e estipulação da operação de crédito ora autorizada, inclusive outorgando mandato a CREFISUL S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos, para receber junto à entidade financeira de direito as quotas mensais necessárias para o pagamento do principal e acessórios da operação ora autorizada.

**Art.5º.** Ficam criados, no orçamento vigente, os seguintes itens orçamentários abaixo descriminados:

|  |  |
| --- | --- |
| 04.00 | Departamento de Obras e Serviços Urbanos |
| 04.02 | Setor Municipal de Estradas de Rodagem |
| 3.0.0.0 | Despesas Correntes |
| 3.2.0.0 | Transferências Correntes |
| 3.2.6.0 | Encargos da Dívida Interna |
| 3.2.6.1 | Juros da Dívida Contratada |
| 3.2.6.2 | Outros Encargos da Dívida Contratada |
| 4.0.0.0 | Despesas de Capital |
| 4.3.0.0 | Transferência de Capital |
| 4.3.5.0 | Amortização da Dívida Interna |
| 4.3.5.1 | Amortização da Dívida Contratada |

**Art.6º.** É autorizado o Executivo Municipal a abrir créditos adicionais para atender com as despesas decorrentes desta Lei, utilizando os recursos de que trata o artigo 43º, parágrafo primeiro, da Lei nº 4.320/64.

**Art.7º.** A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 30 de Março de 1983.**

**WALMOR BUSARELLO**

**Prefeito Municipal**

Esta Lei foi devidamente registrada e publicada no local de costume da Secretaria, em 30 de Março de 1983.

**ANTÔNIO MATTEDI**

**Secretário Geral**

**LEI Nº 265, DE 19 DE SETEMBRO DE 1983.**

**ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE:**

**WALMOR BUSARELLO,** Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina:

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º.** Ficam anuladas total ou parcialmente as dotações orçamentárias abaixo relacionadas:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| *00.00* | *Câmara de Vereadores* |  |  |
| 3.1.2.0 | Material de consumo | 19.900,00 |  |
| 3.1.3.1 | Remuneração de serviços pessoais | 7.000,00 |  |
| 3.1.3.2 | Outros serviços e encargos | 4.000,00 |  |
| 4.1.2.0 | Equipamento e material permanente | 1.000.000,00 |  |
|  |  |  | 1.030.900,00 |
| *01.00* | *Gabinete do Prefeito* |  |  |
| 4.1.2.0 | Equipamento e material permanente | 10.000,00 |  |
|  |  |  | 10.000,00 |
| *01.02* | *Assessoria de Planejamento Municipal* |  |  |
| 3.1.3.1 | Remuneração de serviços pessoais | 5.000,00 |  |
| 4.1.2.0 | Equipamentos e material permanente | 50.000,00 |  |
|  |  |  | 55.000,00 |
| *02.00* | *Departamento de Administração* |  |  |
| 3.1.3.1 | Remuneração de serviços pessoais | 10.000,00 |  |
| 4.1.2.0 | Equipamentos e material permanente | 200.000,00 |  |
|  |  |  | 210.000,00 |
| *03.00* | *Departamento de Finanças* |  |  |
| 3.1.1.3 | Obrigações patronais | 35.000,00 |  |
| 3.1.3.1 | Remuneração de serviços pessoais | 5.000,00 |  |
| 3.2.9.2 | Despesas de exercícios anteriores | 5.000,00 |  |
| 4.1.2.0 | Equipamentos e material permanente | 5.000,00 |  |
| 4.2.5.0 | Aquisição de títulos representativos de capital já interligados | 10.000,00 |  |
| 4.3.9.3 | Despesas de exercícios anteriores | 5.000,00 |  |
|  |  |  | 65.000,00 |
| *04.00* | *Departamento de Obras e Serviços Urbanos* |  |  |
| *04.01* | *Setor de Serviços Urbanos* |  |  |
| 3.1.1.3 | Obrigações patronais | 150.000,00 |  |
| 3.1.3.1 | Remuneração de serviços pessoais | 20.000,00 |  |
| 3.1.3.2 | Outros serviços e encargos | 803.90,00 |  |
| 4.1.2.0 | Equipamentos e material permanente | 50.000,00 |  |
|  |  |  | 1.023.990,00 |
| *04.02* | *Setor Municipal de Estradas de Rodagem* |  |  |
| 3.1.3.1 | Remuneração de serviços pessoais | 20.000,00 |  |
|  |  |  | 20.000,00 |
| *05.00* | *Departamento de Educação, Saúde e Assistência Social* |  |  |
| *05.01* | *Setor de Educação, Cultura e Recreação* |  |  |
| 3.1.2.0 | Material de consumo | 1.200.000,00 |  |
| 3.1.3.1 | Remuneração de serviços pessoais | 5.000,00 |  |
| 3.2.2.4 | Transferências Multigovernamentais | 10.000,00 |  |
| 3.2.3.1 | Subvenções sociais | 200.000,00 |  |
| 4.1.1.0 | Obras e instalações | 2.468.000,00 |  |
| 4.1.2.0 | Equipamentos e material permanente | 191.000,00 |  |
|  |  |  | 4.074.000,00 |
| *05.02* | *Setor de Saúde e Bem-estar Social* |  |  |
| 3.1.1.1 | Pessoal civil | 548.000,00 |  |
| 3.1.1.3 | Obrigações patronais | 100.000,00 |  |
| 3.1.3.1 | Remuneração de serviços pessoais | 5.000,00 |  |
| 3.2.3.1 | Subvenções sociais | 500.000,00 |  |
| 3.2.5.9 | Outras transferências a pessoas | 500.000,00 |  |
| 4.1.1.0 | Obras e instalações | 2.656.000,00 |  |
|  |  |  | 4.309.000,00 |
| *06.00* | *Departamento de Agricultura* |  |  |
| 3.1.2.0 | Material de consumo | 140.000,00 |  |
| 3.1.3.2 | Outros serviços e encargos | 750.000,00 |  |
| 4.1.1.0 | Obras e instalações | 642.000,00 |  |
|  |  |  | 1.532.000,00 |
| **SOMA TOTAL** | | | **12.329.890,00** |

**Art.2º.** Os recursos constantes do artigo 1º serão utilizados para suplementação das seguintes dotações:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| *00.00* | *Câmara de Vereadores* |  |  |
| 3.1.1.1 | Pessoal civil | 600.000,00 |  |
|  |  |  | 600.000,00 |
| *01.00* | *Gabinete do Prefeito* |  |  |
| 3.1.3.2 | Outros serviços e encargos | 100.000,00 |  |
|  |  |  | 100.000,00 |
| *02.00* | *Departamento de Administração* |  |  |
| 3.1.1.1 | Pessoal civil | 750.000,00 |  |
| 3.1.1.3 | Obrigações patronais | 200.000,00 |  |
|  |  |  | 950.000,00 |
| *03.00* | *Departamento de Finanças* |  |  |
| 3.1.1.1 | Pessoal civil | 1.000.000,00 |  |
|  |  |  | 1.000.000,00 |
| *04.00* | *Departamento de Obras e Serviços Urbanos* |  |  |
| *04.01* | *Setor de Serviços Urbanos* |  |  |
| 3.1.1.1 | Pessoal civil | 500.000,00 |  |
| *04.02* | *Setor Municipal de Estradas de Rodagem* |  |  |
| 3.1.1.3 | Obrigações patronais | 1.700.000,00 |  |
| 3.1.2.0 | Material de consumo | 2.150.000,00 |  |
| 3.1.3.2 | Outros serviços e encargos | 833.622,00 |  |
| 4.1.2.0 | Equipamento e material | 900.000,00 |  |
|  |  |  | 5.583.622,00 |
| *05.00* | *Departamento de Educação, Saúde e Assistência Social* |  |  |
| *05.01* | *Setor de Educação, Cultura e Recreação* |  |  |
| 3.1.1.1 | Pessoal civil | 2.524.000,00 |  |
| 3.2.5.1 | Inativos | 214.668,00 |  |
|  |  |  | 2.738.668,00 |
| *06.00* | *Departamento de Agricultura* |  |  |
| 3.1.1.1 | Pessoal civil | 857.600,00 |  |
|  |  |  | 857.600,00 |
| **SOMA TOTAL** | | | **12.329.890,00** |

**Art.3º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 19 de Setembro de 1983.**

**WALMOR BUSARELLO**

**Prefeito Municipal**

Esta Lei foi devidamente registrada e publicada no local de costume da Secretaria, em 19 de Setembro de 1983.

**ANTÔNIO MATTEDI**

**Secretário Geral**

**LEI Nº 266, DE 27 DE OUTUBRO DE 1983.**

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1984:**

**WALMOR BUSARELLO,** Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina:

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art.1º.** O Orçamento Geral do Município de Rio dos Cedros, para o exercício financeiro de 1984, estima a Receita em Cr$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) e fixa a Despesa em igual importância.

**Art.2º.** A Receita será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas, transferências do Estado e da União e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

|  |  |
| --- | --- |
| *1 – Receitas Correntes* | *Cr$ 270.865.000,00* |
| 1.1 – Receita Tributária | Cr$ 17.620.000,00 |
| 1.2 – Receita de Contribuições | - |
| 1.3 – Receita Patrimonial | Cr$ 410.000,00 |
| 1.4 – Receita Agropecuária | Cr$ 5.000,00 |
| 1.5 – Receita Industrial | - |
| 1.6 – Receita de Serviços | - |
| 1.7 – Transferências Correntes | Cr$ 252.605.000,00 |
| 1.8 – Outras Receitas Correntes | Cr$ 225.000,00 |
| *2 – Receitas de Capital* | *Cr$ 29.135.000,00* |
| 2.1 – Operação de Crédito | Cr$ 5.000,00 |
| 2.2 – Alienação de Bens | Cr$ 5.000,00 |
| 2.3 – Amortização de Empréstimos | Cr$ 5.000,00 |
| 2.4 – Transferências de Capital | Cr$ 29.115.000,00 |
| 2.5 – Outras Receitas de Capital | Cr$ 5.000,00 |
| **TOTAL** | **Cr$ 300.000.000,00** |

**Art.3º.** A Despesa será realizada de acordo com as discriminações apresentadas nos anexos que integram a presente Lei, por elementos de despesa, de acordo com o que estabelece o Decreto-Lei Nº 1.875, de 15 de Julho de 1981 e alterações introduzidas pelas Portarias Ministeriais, distribuída nas unidades orçamentárias e categorias econômicas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **A – POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS:** | | |
| *PODER LEGISLATIVO* | | *Cr$ 4.425.000,00* |
| 00.00 – Câmara de Vereadores | Cr$ 4.425.000,00 |  |
| *PODER EXECUTIVO* | | *Cr$ 265.575.000,00* |
| 01.00 – Gabinete do Prefeito |  |  |
| 01.01 – Gabinete do Prefeito | Cr$ 6.770.000,00 |  |
| 01.02 – Assessoria de Planejamento Municipal | Cr$ 2.150.000,00 |  |
| 02.01 – Departamento de Administração | Cr$ 19.880.000,00 |  |
| 03.01 – Departamento de Finanças | Cr$ 12.065.000,00 |  |
| 04.00 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos |  |  |
| 04.01 – Setor de Serviços Urbanos | Cr$ 23.961.340,00 |  |
| 04.02 – Setor Municipal de Estrada de Rodagem | Cr$ 146.396.100,00 |  |
| 05.00 – Departamento de Educação, Saúde e Assistência Social |  |  |
| 05.01 – Setor de Educação, Cultura e Recreação | Cr$ 33.835.000,00 |  |
| 05.02 – Setor de Saúde e Bem Estar Social | Cr$ 6.170.000,00 |  |
| 06.00 – Departamento de Agricultura | Cr$ 14.347.560,00 |  |
| *RESERVA DE CONTINGÊNCIA* | | *Cr$ 30.000.000,00* |
| **TOTAL** | | **Cr$ 300.000.000,00** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **B – POR CATEGORIAS ECONÔMICAS:** | | |
| *DESPESAS CORRENTES* | | *Cr$ 212.528.560,00* |
| Despesas de Custeio | Cr$ 186.135.000,00 |  |
| Transferências Correntes | Cr$ 26.393.560,00 |  |
| *DESPESAS DE CAPITAL* | | *Cr$ 57.471.440,00* |
| Investimentos | Cr$ 49.611.340,00 |  |
| Inversões Financeiras | Cr$ 5.000,00 |  |
| Transferências de Capital | Cr$ 7.855.100,00 |  |
| *RESERVA DE CONTINGÊNCIA* | | *Cr$ 30.000.000,00* |
| **TOTAL** | | **Cr$ 300.000.000,00** |

**Art.4º.** O Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1984/1986, em conformidade com o artigo 60º, parágrafo único da Emenda Constitucional Nº 1, de 17/10/1969 e Decreto-Lei Nº 1.875, de 15/07/1981, compreende uma estimativa de aplicações para o período de Cr$ 325.711.440,00 (trezentos e vinte e cinco milhões setecentos e onze mil quatrocentos e quarenta cruzeiros), conforme demonstrativos anexos à presente Lei:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **PERÍODO** | | | | |
| *DESPESAS DE CAPITAL* | *1984* | *1985* | *1986* | *TOTAL* |
| Investimentos | 49.611.340,00 | 89.300.000,00 | 148.900.000,00 | 287.811.340,00 |
| Inversões Financeiras | 5.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 | 25.000,00 |
| Transferências de Capital | 7.855.100,00 | 10.010.000,00 | 20.010.000,00 | 37.875.100,00 |
| *TOTAIS* | *57.471.440,00* | *99.320.000,00* | *168.920.000,00* | *325.711.440,00* |

**Parágrafo Único.** Os valores referentes aos exercícios de 1985 e 1986, estimados a preço de 1983, serão convenientemente reajustados, por ocasião da elaboração dos orçamentos correspondentes aqueles exercícios.

**Art.5º.** Durante a execução orçamentária, o Chefe do Executivo é autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da Receita, até o limite previsto no artigo 67º, da Emenda Constitucional Nº 1, de 17/10/1969, bem como abrir crédito suplementares até o limite de 60% (sessenta por cento) da receita estimada, para as dotações que se tornarem insuficientes, utilizando como recursos, os previstos no parágrafo primeiro do artigo 43º, da Lei Federal Nº 4.320/64.

**Art.6º.** O Chefe do Executivo é autorizado a tomar medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da Receita.

**Art.7º.** Os recursos da Reserva de Contingência são destinados por ato do Chefe do Executivo Municipal, a suprir insuficiências das dotações, no decorrer da execução orçamentária.

**Art.8º.** Consideram-se automaticamente suplementados, pelo valor do excesso de arrecadação sobre a previsão orçamentária, as despesas que correspondem a elas vinculadas.

**Art.9º.** Esta Lei entrará em vigor a 1º de Janeiro de 1984, revogadas as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 27 de Outubro de 1983.**

**WALMOR BUSARELLO**

**Prefeito Municipal**

Esta Lei foi devidamente registrada e publicada nesta secretaria, em 27 de Outubro de 1983.

**ATNTÔNIO MATTEDI**

**Secretário Geral**

**LEI Nº 267, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1983.**

**ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 2º E O ARTIGO 3º DA LEI Nº 187, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1977 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

**NILTON JOSÉ BUSARELLO,** Prefeito Municipal de Rio dos Cedros:

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º.** O Parágrafo Único do Artigo 2º e o Artigo 3º da Lei Nº 187, de 23 de Novembro de 1977, passam a vigorar com a seguinte redação:

***Art.2º.****........................................................................................................................*

*...................................................................................................................................*

***Parágrafo Único.*** *O imóvel que se enquadrar neste artigo, será taxado à razão de 0,4 (zero vírgula quatro) da “Tarifa de Iluminação Pública” vigente para o Município.*

***Art.3º.*** *A cobrança da Taxa de Serviços Urbanos, referentes ao serviço de iluminação pública, prevista no inciso IV, do artigo 184º, da Lei Municipal Nº 52, de 31 de Janeiro de 1967, quando conveniado com empresa de energia elétrica, terá como base de cálculo para o Município e será calculado mensalmente nas contas de energia elétrica até o limite dos percentuais a seguir especificado:*

|  |  |
| --- | --- |
| *Contribuintes Residenciais* | |
| *Faixa de Consumo* | *% Sobre a Tarifa de Iluminação* |
| 0 – 30 kWh | 0,4 |
| 31 – 50 kWh | 0,6 |
| 51 – 100 kWh | 1,6 |
| 101 – 200 kWh | 2,5 |
| 201 – 500 kWh | 4,5 |
| 501 – 1.000 kWh | 9,0 |
| Acima de 1.000 kWh | 18,0 |

|  |  |
| --- | --- |
| *Contribuintes Comerciais, Industriais e Empresas de Serviços Públicos* | |
| *Faixa de Consumo* | *% Sobre a Tarifa de Iluminação* |
| 0 – 30 kWh | 3,0 |
| 31 – 50 kWh | 4,4 |
| 51 – 100 kWh | 9,2 |
| 101 – 200 kWh | 11,0 |
| 201 – 500 kWh | 13,0 |
| 501 – 1.000 kWh | 20,0 |
| Acima de 1.000 kWh | 28,0 |

|  |  |
| --- | --- |
| *Contribuintes Poderes Público* | |
| *Faixa de Consumo* | *% Sobre a Tarifa de Iluminação* |
| 0 – 30 kWh | 50,0 |
| 31 – 50 kWh | 50,0 |
| 51 – 100 kWh | 50,0 |
| 101 – 200 kWh | 50,0 |
| 201 – 500 kWh | 50,0 |
| 501 – 1.000 kWh | 50,0 |
| Acima de 1.000 kWh | 50,0 |

|  |  |
| --- | --- |
| *Contribuintes Primários* | |
| *Faixa de Consumo* | *% Sobre a Tarifa de Iluminação* |
| Até 2.000 kWh | 37,1 |
| 2.001 – 5.000 kWh | 74,3 |
| 5.001 – 10.000 kWh | 111,4 |
| 10.001 – 50.000 kWh | 148,6 |
| Acima de 50.000 kWh | 185,8 |

**Art.2º.** Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 1984, revogadas as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 28 de Novembro de 1983.**

**NILTON JOSÉ BUSARELLO**

**Prefeito Municipal em Exercício**

Registrada e publicada a presente Lei na secretaria e em local da Prefeitura Municipal, em 28 de Novembro de 1983.

**ANTÔNIO MATTEDI**

**Secretário Geral**

**LEI Nº 268, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1983.**

**ANULA SALDOS PARCIAIS E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE:**

**NILTON JOSÉ BUSARELLO,** Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina:

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º.** Ficam anuladas total ou parcialmente as dotações orçamentárias abaixo relacionadas:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| *01.00* | *Gabinete do Prefeito* |  |  |
| 3.1.2.0 | Material de consumo | 100.000,00 |  |
| 3.1.3.1 | Remuneração de serviços pessoais | 5.000,00 |  |
|  |  |  | 105.000,00 |
| *01.02* | *Assessoria de Planejamento Municipal* |  |  |
| 3.1.2.0 | Material de consumo | 100.000,00 |  |
|  |  |  | 100.000,00 |
| *02.00* | *Departamento de Administração* |  |  |
| 3.2.5.3 | Salário-família | 24.100,00 |  |
| 4.1.2.0 | Equipamentos e material permanente | 11.600,00 |  |
|  |  |  | 35.700,00 |
| *03.00* | *Departamento de Finanças* |  |  |
| 3.1.2.0 | Material de consumo | 13.950,00 |  |
|  |  |  | 13.950,00 |
| *04.00* | *Departamento de Obras e Serviços Urbanos* |  |  |
| *04.01* | *Setor de Serviços Urbanos* |  |  |
| 3.1.2.0 | Material de consumo | 8.600,00 |  |
| 4.1.1.0 | Obras e instalações | 3.395.000,00 |  |
|  |  |  | 3.403.600,00 |
| *04.02* | *Setor Municipal de Estradas de Rodagem* |  |  |
| 3.1.2.0 | Material de consumo | 1.800.000,00 |  |
| 3.1.3.2 | Outros serviços e encargos | 450.000,00 |  |
| 3.2.5.3 | Salário-família | 3.000,00 |  |
| 4.1.1.0 | Obras e instalações | 180.000,00 |  |
| 4.1.2.0 | Equipamentos e material permanente | 3.430,00 |  |
|  |  |  | 2.436.430,00 |
| *05.00* | *Departamento de Educação, Saúde e Assistência Social* |  |  |
| *05.01* | *Setor de Educação, Cultura e Recreação* |  |  |
| 3.1.2.0 | Material de consumo | 407.000,00 |  |
|  |  |  | 407.000,00 |
| *05.02* | *Setor de Saúde e Bem-estar Social* |  |  |
| 3.1.2.0 | Material de consumo | 150.000,00 |  |
| 3.1.3.2 | Outros serviços e encargos | 500.000,00 |  |
| 3.2.3.1 | Subvenções sociais | 500.000,00 |  |
| 3.2.5.9 | Outras transferências a pessoas | 250.000,00 |  |
|  |  |  | 1.400.000,00 |
| *06.00* | *Departamento de Agricultura* |  |  |
| 4.1.1.0 | Obras e instalações | 500.000,00 |  |
|  |  |  | 500.000,00 |
| **SOMA TOTAL** | | | **8.401.680,00** |

**Art.2º.** Com a soma das anulações constante do artigo 1º, fica suplementado o item 9.0.0.0 – Reserva de Contingência, no valor de Cr$ 8.401.680,00.

**Art.3º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 28 de Novembro de 1983.**

**NILTON JOSÉ BUSARELLO**

**Prefeito Municipal em Exercício**

Esta Lei foi devidamente registrada e publicada em local de costume da secretaria, em 28 de Novembro de 1983.

**ANTÔNIO MATTEDI**

**Secretário Geral**

**LEI Nº 269, DE 05 DE DEZEMBRO DE 1983.**

**ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 235, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1980 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:**

**WALMOR BUSARELLO,** Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina:

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º.** O lote mínimo de 10.000,00 m² (dez mil metros quadrados), estabelecido no parágrafo 3º, do artigo 5º, da Lei Nº 235, de 16 de Dezembro de 1980, fica reduzido para 5.000,00 m² (cinco mil metros quadrados), e suas dimensões reduzidas para 30,00 m (trinta metros) de frente e 70,00 m (setenta metros) de fundos e ainda que as edificações deverão ter área perimetral livre de 5,00 m (cinco metros) no mínimo e não ocuparem mais de 30% (trinta por cento) do terreno a que pertencerem.

**Art.2º.** O lote mínimo de 1.000,00 m² (um mil metros quadrados), estabelecido no parágrafo 6º, do artigo 5º, da Lei Nº 235, de 16 de Dezembro de 1980, fica reduzido para 600,00 m² (seiscentos metros quadrados) e suas dimensões mínimas reduzidas para 15,00 m (quinze metros) de frente e 30,00 m (trinta metros) de fundos e ainda que as edificações não poderão ocupar mais de 40% (quarenta por cento) do terreno a que pertencerem e área perimetral livre de 3,00 m (três metros) no mínimo.

**Art.3º.** Os artigos 6º e 13º, da Lei Nº 235, de 16 de Dezembro de 1980, passam a ter a seguinte redação:

***Art.6º.*** *Em nenhuma área onde se permita edificar, as construções poderão ter distância inferior a 10,00 m (dez metros) do lago, medidos a partir da linha máxima da água.*

***Art.13º.*** *O sistema de arruamento para a Barragem Rio Bonito, fica assim definido:*

1. *Vias Principais: largura mínima de 13,00 m (treze metros), sendo uma pista de rolamento de 8,00 m (oito metros) e passeios laterais de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) para cada um;*
2. *Vias Secundárias: largura mínima de 11,00 m (onze metros), sendo uma pista de rolamento de 7,00 (sete metros) e passeios laterais de 2,00 m (dois metros) para cada um;*
3. *Vias Exclusivas Para Pedestre: largura mínima de 3,00 m (três metros), obrigatoriamente com arborização central.*

**Art.5º.** Todos os lotes edificados até a data da publicação da presente Lei, independente de sua área, poderão com a aprovação da Prefeitura Municipal, ser legalizados através de escritura pública.

**Parágrafo Único.** Todas as áreas edificáveis, vendidas “clandestinamente”, por contrato de promessa de compra e venda, devidamente quitados, com firma reconhecida, até a data da vigência da presente Lei, também, poderão, com a aprovação da Prefeitura Municipal, ser legalizados através de escritura pública.

**Art.6º.** A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 05 de Dezembro de 1983.**

**WALMOR BUSARELLO**

**Prefeito Municipal**

Esta Lei foi devidamente registrada e publicada em local de costume desta secretaria, em 05 de Dezembro de 1983.

**ANTÔNIO MATTEDI**

**Secretário Geral**

**LEI Nº 270, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1983.**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS:**

**WALMOR BUSARELLO,** Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina:

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º.** Fica o Chefe do Poder Executivo do Município autorizado a firmar convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria dos Transportes e Obras (Fundo Estadual de Assistência Rodoviária), objetivando a obtenção de auxílio financeiro destinado à aquisição parcial de combustível para mantar a “Patrulha Rodoviária Mecanizada”, quando estiver a disposição deste Município, para execução de conservação, melhoramentos e ou implantação de rodovias pertencentes à rede municipal.

**Art.2º.** A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

**Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 12 de Dezembro de 1983.**

**WALMOR BUSARELLO**

**Prefeito Municipal**

Esta Lei foi devidamente registrada e publicada no local de costume desta secretaria, em 12 de Dezembro de 1983.

**ANTÔIO MATTEDI**

**Secretário Geral**